2014-0.354.114-7-MARCELLO LUTFI – Pagamento complementar de honorários de Perito Judicial na desapropriação de autos nº 1047889-80.2014.8.26.0053 – 6ª VFP. Autorização para emissão de NE. Em face dos elementos que instruem o presente, notadamente a cópia da decisão judicial de fl. 16, as manifestações de DESAP 11 à fl. 17, da Divisão Técnica de Contabilidade de fl. 19, e à luz do disposto no Dec. 55.839/15, e na Portaria nº 715-SN-G **AUTORIZO** a emissão de NE, onerando a dotação nº 37.30.15.451.3009.5.100.3.3.90.36.00.0 8, no valor de **R\$2.863,96** do orçamento vigente, conforme reserva de recursos nº 15.060 efetivada no processo administrativo nº 2015-0.013.321-0, em nome de **MARCELLO LUTFI**, **CPF nº 293.590.708-66**, correspondente à complementação dos honorários periciais provisórios já depositados, de forma a alcançar o valor total arbitrado em Juízo.

DEPTO JUDICIAL

DEPARTAMENTO JUDICIAL – JUD. G.

2015-0.167.081-2 – Em face dos elementos que instruem o presente, notadamente a requerimento do interessado de fls. 02, a tela de consulta de processos de 1º Grau de fls. 09/15, a manifestação de JUD. 33, às fls. 18, da Contabilidade em fls. 30/31 e de JUD. AA em fls. retro, à luz do disposto no Decreto nº 55.839/15 e no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 07/2015 – SNJ, de 20/01/15, **AUTORIZO** a emissão de nota de empenho no valor de R\$ 3.263,81 (três mil, duzentos e sessenta e três reais e oitenta e um centavos), onerando a dotação nº 2115.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, bem como o pagamento dos honorários periciais devidos ao assistente técnico da Municipalidade, CARLOS LUIZ DE CARVALHO, inscrito no CPF 036.018.188/09, nos autos judiciais do processo citado na epígrafe.

DESENVOLVIMENTO URBANO

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2015-2-123

SMDU/DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA FUNCAO SOCIAL DA PROPRIEDADE

ENDERECO:
PROCESSOS DA UNIDADE SMDU/DCFSF-G
2014-0.035.329-3 SECRET. MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU DEFERIDO
DESPACHO N 607/2014/SMDU-DCFSF. NOTIFICADO: CARLOS ALBERTO DABUS MALUF.

I-O SR. CARLOS ALBERTO DABUS MALUF APRESENTOU IMPUGNACAO E M 08 DE JULHO, PARA PEDIR A ANULACAO DA NOTIFICACAO RECEBIDA. EM SUMA, ALEGOU QUE E PROPRIETARIO DE DOIS LOTES, CONTIGUOS, QUE SOM ADO OCUPAM MENOS DE 500 M E, ASSIM, SEQUER PODERIAM SER CLASSIFICADOS COMO SUBUTILIZADOS NOS TERMOS DA LEI. ADEMAIS, ALEGA QUE NA O E O PROPRIETARIO DO LOTE QUE FIGURA PROPRIAMENTE COMO OBJETO DA NOTIFICACAO RECEBIDA SQL N 001.067.0250-5. II-CONFORME MANIFESTACAO A FOLHA ANTERIOR, RESTOU CLARA A CONFUSAO ENTRE O LOTE OBJETO DA NOTIFICACAO E SEU PROPRIETARIO DE FATO, DE ACORDO COM A RESP CERTIVA CERTIDAO IMOBILIARIA. ASSIM, CONCLUIU-SE QUE AS CERTIDÕES IMOBILIARIAS ANALISADAS NA VERDADE NAO CORRESPONDIAM AO LOTE OBJETO DO PRESENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO. III-PORTANTO, A NOTIFICACAO RECEBIDA PELO SR. CARLOS ALBERTO DABUS MALUF DEVE SER CONSIDERADA NULA E SEM EFEITOS.

2014-0.173.160-7 SECRET. MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU DEFERIDO

DESPACHO N 608/2015/SMDU-DCFSF NOTIFICADO: SR. BENITO SALVATORE N OCITO. I-O PROPRIETARIO DO IMOVEL SITUADO A AV. PRESTES MAIA, N 5 26, AP. 5 ANDAR, CONSIDERADO NAO UTILIZADO, FOI NOTIFICADO PARA CONFERIR O ADEQUADO USO AO BEM, NOS TERMOS DO ART. 95, 1, DO PLAN O DIRETOR ESTRATEGICO (L. 16.050/14).

II-O PROPRIETARIO JUNTOU DO CUMENTOS RELACIONADOS A EDIFICACAO NA TENTATIVA DE DEMONSTRAR O CUMPRIMENTO DA OBRIGACAO DE DAR USO AO IMOVEL.

III- ESPECIFICACAO E EM RELACAO A UNIDADE OBJETO DESTA PROCESSO (AP. 5 ANDAR), CONFO RME INFORMACOES AS FLS. 56/64, EM ESPECIAL EM RAZAO DO COMPROVANT E DE FORNCEIMENTO DE ENERGIA ELETRICA PARA A UNIDADE EM QUESTAO, VERIFICA-SE QUE O APARTAMENTO ESTA DE FATO EM USO. DESTA MODO, DO U POR CUMPRIDA A OBRIGACAO.

IV-DESTE MODO, SOLICITO O CANCELAMENTO O DA AVERBACAO REALIZADA NA MATRICULA DO IMOVEL, DIANTE DA DEMONS TRACAO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGACAO.

DEPTO DE USO DO SOLO

DESPACHO

2014-0.210.772-9-ALVARO DE MATOS TAVARES ; LOCAL: Rua Doutor Fadlo Haidar, nº 99; 107(Casa1,3,5); 115 - Vila Olímpia; ASSUNTO: Consulta para Construção de Edifício Residencial em Imóvel com; "Passagem Particular".

PROCESSO DOCUMENTAL

Informamos que os imóveis cadastrados sob contribuintes nºs 299.077.0082-3, 299.077.0083-3, 299.077.0084-1, 299.077.0085-1 e 299.077.0086-8, localizados à Rua Doutor Fadlo Haidar, nºs 99; 107 e 115, Subprefeitura Pinheiros, estão inseridos no perímetro da Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, no Subsetor Faria Lima – Água Espreada - Chucri Zaidan da Macroárea de Estruturação Metropolitana, conforme Mapas 1, 2 e 2A anexos à Lei 16.050/14; em Zona Mista de Alta Densidade - PI ZM3-b/11, conforme Mapa 04 e Quadro 04A do Livro XI – PRE-PI, anexo à Parte II da Lei 13.885/04. A Rua Doutor Fadlo Haidar é classificada como via Local.

As características de aproveitamento, dimensionamento e ocupação dos lotes estão definidas no Quadro 2A da Lei 16.050/14 e no Quadro 04 do PRE-PI, aplicando-se, quando necessário, as disposições mais restritivas entre os dois quadros.

Os usos não residenciais permitidos para o imóvel em questão, assim como as condições de instalação e parâmetros de incomodidade, estão estabelecidos nos Quadro 02/d, e as condições de instalação em função da largura da via, no Quadro 04, ambos anexos à Parte III da Lei 13.885/04, observando-se as disposições transitórias da Lei 16.050/14, em especial seu art. 368.

O requerente solicita informações sobre a "Passagem Particular" existente na quadra 077 do setor fiscal 299, que integra o terreno em questão, se trata-se de área de domínio ou propriedade Pública. Conforme anexação dos documentos referentes ao arruamento, passagem ou loteamento para área em tela, às folhas 33 a 43, e manifestação da Secretaria Municipal de Licenciamento, às folhas 43vº do processo, nada consta para o local em pauta.

Informamos, por fim, que o conjunto de imóveis em questão está dentro do perímetro da Operação Urbana Consorciada Faria Lima – Lei 13.769/04.

A atividade pretendida deverá ser licenciada pela municipalidade, ficando sujeita às demais disposições legais pertinentes.

Nada mais havendo a ser tratado no presente, Publique-se e arquite-se.

DESPACHO

Do Ofício nº 114/2015-SMS.G TID-13806439-Secretaria Municipal da Saúde; LOCAL: Av. Michihisa Murata x Es. do Sabão; ASSUNTO: Certidão de Uso e Ocupação do Solo.

DOCUMENTAL

Com base na indicação do interessado, informamos que o imóvel localizado entre a Av. Michihisa Murata e a R. Augusto José Pereira, Subprefeitura Freguesia/Brasília, com área total de 18.687,10 m², constitui área municipal da classe dos Bens de Uso Especiais, conforme croqui patrimonial 303.020, e encontra-se inserido no perímetro perímetro da Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, na Macroárea de Qualificação da Urbanização, e em Área de Influência dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana Previstos, de acordo com os Mapas 1, 2 e 3A, anexos à Lei 16.050/14 – Plano Diretor Estratégico; e em Zona Mista de Média Densidade – FO ZM-2/01, de acordo com o Mapa 04 e Quadro 04A do Livro III – PRE FO, anexo à Parte II da Lei 13.885/04. A Av. Michihisa Murata e a R. Augusto José Pereira são classificadas como vias locais.

As condições para parcelamento, uso e ocupação do solo em via local de Zona Mista estão estabelecidas no Quadro 2A da Lei 16.050/14 e no Quadro 04 do mencionado Livro III – PRE FO, aplicando-se os parâmetros mais restritivos entre os dois quadros.

Preende-se no local a instalação do Hospital Municipal de Brasília, com área a construir de 44.396,53 m². Os hospitais com área igual ou superior a 7.500 m² estão enquadrados na subcategoria nR3 – usos não residenciais especiais ou incômodo, no grupo de atividades Empreendimentos Geradores de Impacto de Vizinhança, de acordo com o Quadro 2 anexo ao Decreto 45.817/05.

A atividade pretendida poderá ser permitida no imóvel em questão, desde que localizada em áreas que apresentem deficiência do equipamento, com demanda para a população de classe econômica menos favorecida, atestada pelo órgão público oficial de saúde, conforme estabelecido pelo art. 12 da Lei 14.242/06, incluído pela Lei 15.526/12, e desde que analisado pela CAIEPS e pela CTLU, nos termos do art. 158 da Lei 13.885/04. Deverá também ser elaborado Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV-RIV, de acordo com o art. 19 do Decreto 45.817/05.

Devem ainda ser atendidas as disposições da Lei 16.124/15, que estabelece parâmetros de incomodidade e condições de instalação específicos para equipamentos públicos sociais.

Cumpra ainda informar que a Lei 14.242/06, alterada pela Lei 15.526/12, dispõe sobre a concessão de incentivos à implantação de hospitais, como acréscimo do coeficiente de aproveitamento máximo e da taxa de ocupação e dispensa de atendimento das restrições de gabarito de altura.

A atividade pretendida deverá ser licenciada pela Municipalidade, ficando sujeita às demais disposições legais pertinentes.

Nada mais havendo a declarar, Publique-se e arquite-se.

COMISSÃO DE PROTEÇÃO À PAISAGEM URBANA

ATOS DO PRESIDENTE

DANIEL TODTMANN MONTANDON, Presidente da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana CPPU/SMDU, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, CONVOCA os Senhores Representantes para a 48ª Reunião Ordinária da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU/SMDU, a ser realizada no próximo dia 15 de julho de 2015, quarta-feira, às 13h30, no Edifício Martinelli, Rua São Bento, 405, 10º andar, auditório de SMDU (sala 102).

RETIFICAÇÃO DA PAUTA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPPU

1. Comunicações Gerais
2. Aprovação da Ata da 47ª Reunião Ordinária
3. Processos para deliberação:

3.1. PA nº 2015-0.163.990-7 Interessado: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI

Assunto: Worldskills
3.2. PA nº 2015-0.098.539-9 Interessado: Laura da Paula Rago Assunto: Arte pública – grafite em empena cega (Rua Amaral Gurgel 157)

3.3. PA nº 2015-0.098.545-3 Interessado: Laura da Paula Rago Assunto: Arte pública – grafite em empena cega (Rua Sebastião Pereira 82)

3.4. TID nº 13788827 Interessado: Rapiddo Agência de Serviços de Entrega Rápida Ltda

Assunto: Evento "MotoHero"
3.5. PA nº 2015-0.137.735-0 Interessado: MAC-LAB Consultoria e Comunicação Ltda. Assunto: Instalação de painel de LED em fachada – Sede Sul América

3.6. PA nº 2015-0.174.716-5 Interessado: Serviço Social da Indústria – SESI Assunto: Galeria Digital – "Dia da Cor" e "Os QR-COMMS"

4. Assuntos Gerais

Nota: Esta pauta substitui a anterior publicada em 08/07/2015.

DESPACHO

DESPACHO SMDU.SEOC.CPPU/078/2015

PROCESSO: 2015-0.154.140-0 INTERESSADO: DAFAM – DIRETÓRIO ACADÊMICO DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

LOCAL: PRAÇA JULIO MESQUITA ASSUNTO: EVENTO "MUTIRÃO NA PRAÇA JULIO MESQUITA"

PROCESSO DEFERIDO

Com base nas competências da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU e da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB (hoje SP Urbanismo), nos termos dos artigos 35 e 38 da Lei nº. 14.223/2006, bem como do artigo 16 da Resolução SMDU.CPPU/001/2010 (Regimento Interno), e baseado na manifestação da Assessoria Técnica da Gerência de Planejamento da Paisagem às fls. 19 e 20 e a partir das informações constantes do requerimento do interessado, a presidência da CPPU entende que a solicitação não requer submissão ao colegiado da CPPU, uma vez que o enquadramento à legislação está claro nos termos da Lei municipal nº 14.223 de 26/09/06 e Resolução SMDU.CPPU/020/2015.

Diante do exposto, concluímos pelo deferimento da comunicação visual do evento de caráter educativo denominado "Mutirão na Praça Júlio Mesquita", previsto para realizar-se no dia 19 de julho de 2015, na Praça Júlio Mesquita.

Outrossim, cabe a Subprefeitura da Sé dar a anuência para a inserção do mobiliário, bem como estabelecer o período de permanência destes equipamentos que serão produzidos durante o "Mutirão na Praça Júlio Mesquita"

A presente anuência é condicionada a obtenção das demais licenças e autorizações necessárias junto aos órgãos públicos competentes, especialmente da Subprefeitura Sé, do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura (SMC/DPH) e da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

O interessado deverá ainda, enviar, em até 10 (dez) dias após a aplicação, fotos impressas e em meio digital das instalações realizadas, para a SPP/SP Urbanismo, Rua São Bento, 405 – 16º andar, sala 161B – CEP 01008-906 – São Paulo, SP.

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 1300/2015-SMS.G

Institui os Núcleos de Prevenção de Violência (NPV) nos estabelecimentos de saúde do Município de São Paulo.

O Secretário Municipal de Saúde de São Paulo no uso de suas atribuições e

Considerando a Portaria nº 737/GM de 16 de maio de 2001 que instituiu a "Política de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências", que estabeleceu diretrizes e responsabilidades institucionais de cada ente da Federação visando minimizar o impacto dos acidentes e das violências na morbimortalidade, na qual se contemplam e valorizam medidas inerentes à promoção da saúde e prevenção de agravos externos; Considerando a Portaria nº 936 /GM de 19 de maio de 2004 que dispõe sobre a estruturação da "Rede Nacional de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde" e a "Implantação e Implementação de Núcleos de Prevenção a Violência em Estados e Municípios";

Considerando a Portaria MS/GM 104/2011 de janeiro de 2011 que estabelece a notificação compulsória de violência doméstica, sexual e/ou outras violências;

Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde em consonância com as políticas nacionais vem formulando desde 2003 políticas com a finalidade de diminuir o impacto da violência sobre os cidadãos de São Paulo, procurando estruturar uma Rede de Atenção Integral aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) em conformidade com a Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990;

Considerando a Lei Nº 13.671, de 26 de novembro de 2003, regulamentada pelo Decreto 48.421/07, que dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo;

Considerando a Portaria Nº 1.271, de 6 de junho de 2014 do Ministério da Saúde que define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional;

Considerando a Portaria Nº 1102/2015/SMS.G que estabeleça a notificação compulsória dos casos de violência e de acidentes nos serviços públicos e privados no Município de São Paulo;

Considerando a aprovação do Plano Municipal da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde, incluindo como meta a formalização dos Núcleos de Prevenção de Violência nos serviços de saúde do Município de São Paulo;

RESOLVE

Art. 1º Instituir os Núcleos de Prevenção da Violência (NPV) nos estabelecimentos de Saúde do Município de São Paulo;

Parágrafo Único O Núcleo de Prevenção à Violência (NPV) corresponde à equipe de referência da Unidade de Saúde responsável pela organização do atendimento e articulação das ações a serem desencadeadas para a superação da violência e promoção da cultura de paz.

Art.2º Cabe aos NPVs articular ações de assistência, prevenção e promoção de saúde no nível local, no sentido de estabelecer o cuidado integral às pessoas em situação de violência.

Art. 3º São atribuições dos NPVs

a) Organizar o atendimento e criar estratégias para fortalecer o cuidado ampliado e integral das pessoas em risco ou situação de violência nos serviços, utilizando o dispositivo de projeto terapêutico singular e as tecnologias de cultura de paz;

b) Promover e participar dos fóruns de discussões e das reuniões da rede local, que tenham como objetivo a prevenção da violência e a promoção da saúde e cultura de paz;

c) Criar espaços para discussões, reflexão e aprimoramento entre os profissionais do serviço, uma vez que o atendimento dos casos de violência é de responsabilidade de todos os profissionais dos estabelecimentos de saúde;

d) Contribuir para o processo de educação permanente dos profissionais envolvidos nos atendimentos dos casos;

e) Estimular a formação de grupos terapêuticos de atendimento e encaminhar os usuários para os grupos já existentes no estabelecimento de saúde;

f) Notificar todos os casos suspeitos ou confirmados de violência e acidentes que chegam aos serviços;

g) Ampliar a área de atuação dos serviços por meio da criação de espaços de diálogo e de iniciativas educativas para a comunidade local. Essas ações e projetos devem contribuir para a prevenção da violência e para a promoção de uma cultura de paz;

h) Elaborar estratégias de trabalho junto às escolas, instituições públicas, privadas e ONGs envolvidas com o tema localmente;

Art. 4º O Núcleo de Prevenção à Violência (NPV) será composto por no mínimo quatro profissionais da equipe multiprofissional da unidade de saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PROCESSO: 2014-0.321.793-5

CHAMADA PÚBLICA 017/2014-SMS.G/NTCSS HOMOLOGAÇÃO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

À vista do constante no presente administrativo, em especial da manifestação da Área Técnica, e da Assessoria Jurídica que acolho, HOMOLOGO a Chamada Pública nº 017/2014-SMS.G, adjudicando o objeto, qual seja, a contratação de Organização Social para gerenciamento e execução de ações de serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial da Rede Assistencial da Supervisão Técnica de Saúde Santo Amaro/Cidade Ademar, a vencedora ACSC - ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA, CNPJ nº 60.922.168/0001-86, declarada pela Comissão Especial de Seleção de OS, instituída pela Portaria 2510/14-SMS.G, nos termos do art. 36, II do Decreto Municipal nº 52.858/11 e, AUTORIZO a sua contratação pelo período de 12 meses, com valor global de R\$ 178.112.172,65, sendo oneradas no presente exercício as dotações orçamentárias nº 84.10.10.301.3003.4125.3350.39.0 0 – Fonte 00 e Fonte 02.

PROCESSO: 2014-0.076.220-7

CONTRATO Nº 05/CRS-SUDESTE/2014

(Processo: 2014-0.060.188-2)

RECURSO / NEGADO PROVIMENTO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

À vista dos elementos constantes deste processo, em especial a manifestação da Assessoria Jurídica desta Secretaria, que acolho como razão de decidir, nos termos do artigo 109, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, CONHEÇO do recurso apresentado pela empresa ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ 66.700.295/0001-17, apesar de intempestivo, como exercício do direito de petição e, no mérito, NEGOU-LHE PROVIMENTO, tendo em vista que a justificativa apresentada não é capaz de alterar os fundamentos que alicerçaram a decisão recorrida; ficando, portanto, mantido o despacho de fls. 105.

COORDENADORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - CFO

ADIANTAMENTO (Incisos V, VI do art.2º da Lei 10.513/88)

Nos termos do Artigo 16 do Decreto nº 48.592 de 06/08/2007, APROVO a prestação de Contas dos processos, abaixo relacionados:

PROCESSO	NOME DO RESPONSÁVEL	CPF	PERÍODO	VALOR(R\$)
2007-0.353.221-5	ALTON DE LIMA RIBEIRO	487.119.008-06	27/02 a 25/03/2008	5.390,00
2015-0.044.644-7	REGINA MARIA FARIA GOMES	074.425.238-54	18 a 20/03/2015	598,66
2015-0.036.572-2	SILVANA ANDREA DA SILVA	115.584.098-40	18 a 20/03/2015	598,66
2015-0.040.182-6	ROBERTO DE ALCANTARA MADIERA	029.140.288-73	18 a 20/03/2015	718,40
2015-0.031.617-9	SILVIA REGINA ANSALDI DA SILVA	034.492.408-46	18 a 20/03/2015	838,14
2015-0.137.428-8	ILKA CORREA DE MEO	294.471.828-28	01/06/2015	257,91
2015-0.137.425-3	CÁSSIA APARECIDA GONÇALVES	094.954.308-01	01/06/2015	322,39

COORDENADORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - CFO

DESPACHO DA COORDENADORA CANCELAMENTO DE NOTA DE EMPENHO

2015-0.109.121-9 - AUTORIZO o cancelamento da Nota de Empenho nº 53593, no valor de R\$ 380,00 do agente de prevenção MURILO BEZERRA DUARTE.

COORDENADORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - CFO

DESPACHOS DA COORDENADORA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

2015-0.000.098-8 - CRS Sul - Autorizo a emissão da Nota de Empenho onerando a dotação 84.10.10.301.3003.4.125.3.3.90.48.00, para atender despesas decorrentes da Lei 12.871/2013, c/c Lei Municipal 16.011/2014, referente ao Programa Mais Médicos complemento do mês de julho/15 no valor estimado de R\$ 3.092,00.

2015-0.008.134-1 - CRS Oeste - Autorizo a emissão da Nota de Empenho onerando a dotação 84.10.10.301.3003.4.125.3.3.90.48.00, para atender despesas decorrentes da Lei 12.871/2013, c/c Lei Municipal 16.011/2014, referente ao Programa Mais Médicos do mês de Agosto/15 no valor estimado de R\$ 6.460,00.

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

COVISA - GABINETE DESPACHO DA SRA. COORDENADORA

APOSTILA
Apostilamento da Portaria nº 1.271/15 - SMS/G, publicada DOC de 09/07/15 - pág.29 :

Fazer constar a data correta da realização da CAMPANHA NACIONAL CONTRA A POLIOMIELITE E MULTIVACINAÇÃO, no município de São Paulo, de 08 a 21 de agosto de 2015, com abertura dos Postos de Vacinação no sábado, dia **15/08/15**"

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE

DESPACHO

P.A. Nº. 2014.0.248.111-6

I. À vista do contido no presente processo administrativo, em especial da manifestação da Assessoria Jurídica, com fundamento no art. 116, da Lei Federal nº 8.666/93 e nas disposições da Portaria nº 595/2015 – SMS.G, nos termos da competência delegada pela Portaria nº 890/2013 – SMS.G, VI, **AUTORIZO**, o aditamento do TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, DIDÁTICA E CIENTÍFICA nº 01/2015/SMS.G, mantido entre a SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, através da COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE e a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, CNPJ nº 63.025.530/0001-04, através da EACH – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, visando a Cooperação Técnica, Didática e Científica, cujo objeto é a realização de estágios obrigatórios não remunerados de alunos matriculados nos cursos de Gerontologia, Especialização em Psicopatologia e Saúde Pública e Graduação em Saúde Pública em unidades de saúde desta Coordenadoria, para consignar como participe na Cooperação Técnica a FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA e o INSTITUTO DE PSICOLOGIA.

DESPACHOS DA COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE

ADIANTAMENTOS APROVADOS PELO TITULAR DA UNIDADE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Nos termos do disposto no artigo 16, do Decreto 48.592 de 06 de agosto de 2007, **APROVO** a prestação de contas dos processos de adiantamento abaixo relacionados: